

CONCURSO UNIFICADO Piauí-PI

DETRAN ANALISTA DE TRÂNSITO

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí
- Conhecimentos Específicos
- Noções de Informática (On-line)
- Legislação e Ética no Serviço Público (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL N° 02/2026



Concurso Unificado Piauí – DETRAN

CONCURSOS UNIFICADO

Analista de Trânsito

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Analista de Trânsito de acordo com o Edital nº 002/2026, do Concurso Unificado Piauí.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca IDECAN, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Noções de Informática e Legislação e Ética no Serviço Público disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL	9
LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	12
■ ARTICULAÇÃO DO TEXTO.....	12
PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS E OPERADORES SEQUENCIAIS	12
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	17
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	19
■ LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL: ÍCONE, ÍNDICE E SÍMBOLO	21
■ MODALIZADORES DISCURSIVOS.....	23
■ SINTAXE E CONSTRUÇÃO FRASAL.....	23
SINTAXE DO PERÍODO SIMPLES E COMPOSTO.....	24
SINTAXE: PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	30
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	34
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	36
■ FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS	42
FLEXÃO NOMINAL.....	43
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO	48
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	52
FLEXÃO VERBAL.....	52
■ PONTUAÇÃO.....	59
■ MORFOLOGIA E ESTRUTURA DAS PALAVRAS: ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	62
■ NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	66
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	68
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	68

REDAÇÃO DISCURSIVA.....	81
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	81
CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	115
■ HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ	115
■ GEOGRAFIA, ÉTICA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ	126
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	149
■ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI FEDERAL Nº 9.503/1997) E SUAS ALTERAÇÕES	149
SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO – SNT (OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS, SOBRETUDO, DETRAN, CONTRAN, CETRAN E SENATRAN).....	151
NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA	162
PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS.....	178
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (DIRETRIZES NACIONAIS E CAMPANHAS EDUCATIVAS)	180
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (VERTICAL, HORIZONTAL, DISPOSITIVOS AUXILIARES, LUMINOSA, SONORA E GESTUAL).....	182
ENGENHARIA DE TRÁFEGO, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	185
VEÍCULOS (REGISTRO, LICENCIAMENTO, VISTORIAS, IDENTIFICAÇÃO E EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS)	186
CONDUÇÃO DE ESCOLARES	196
CONDUÇÃO DE MOTO-FRETE.....	197
HABILITAÇÃO (PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES, CATEGORIAS DE CNH, EXAMES E PERMISSÃO PARA DIRIGIR).....	198
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E PENALIDADES APLICÁVEIS	205
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS	237
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TRÂNSITO (AUTUAÇÃO, JULGAMENTO DE RECURSOS, JARI, PRAZOS E PRESCRIÇÃO)	241
CRIMES DE TRÂNSITO (DISPOSIÇÕES GERAIS E TIPOS PENAIIS)	246
■ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	256
ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO)	256
ATOS ADMINISTRATIVOS.....	262
Conceito.....	262

Requisitos.....	263
Atributos	266
Classificação	267
Espécies	269
Invalidação	269
Anulação e Revogação	269
PROCESSO ADMINISTRATIVO (PRINCÍPIOS, DIREITOS DOS ADMINISTRADOS, DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO, INÍCIO E INSTRUÇÃO)	270
DECISÃO E RECURSOS APLICADOS À ESFERA DE TRÂNSITO	273
Mapeamento de Processos	273
Procedimento Operacional Padrão (POP).....	273
Conceitos Básicos de Auditoria Administrativa em Processos de Veículos e Habilitação	274
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	274
Poder Hierárquico	274
Poder Disciplinar	276
Poder Regulamentar	276
Poder de Polícia Administrativa (Conceito, Características, Limites e Prerrogativas).....	277
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÕES (NOÇÕES GERAIS APLICADAS À GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS NA AUTARQUIA)	280
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (APLICAÇÃO DE MULTAS, ERROS DE PROCEDIMENTO E DANOS A TERCEIROS).....	303
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GESTÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO.....	316
ATENDIMENTO AO PÚBLICO (EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO, CANAIS DIGITAIS DE ATENDIMENTO)	316
ACESSIBILIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NO SERVIÇO PRESENCIAL E À DISTÂNCIA	320
GESTÃO DE PROCESSOS E AUDITORIA.....	321
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	327
ORÇAMENTO PÚBLICO (CONCEITOS E PRINCÍPIOS)	330
RECEITA PÚBLICA (CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E ARRECADAÇÃO DE TAXAS)	342
MULTAS DE TRÂNSITO.....	348
DESPESA PÚBLICA.....	348
Conceitos.....	348
Classificações	349
Estágios, Empenho, Liquidação e Pagamento.....	351
NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA APLICADAS A AUTARQUIAS.....	356



GESTÃO PATRIMONIAL.....	357
Conceitos de Controle de Bens Patrimoniais	357
Locação	357
Cessão	358
Depreciação	358
Vistorias Prediais	358
■ RESOLUÇÕES CONTRAN.....	358
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 923, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....	358
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.020, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025.....	365
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 927, DE 1º DE ABRIL DE 2022	370
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 969, DE 20 DE JUNHO DE 2022.....	376
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 466, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013	387
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 916, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....	388
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 931, DE 28 DE MARÇO DE 2022.....	390
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 985, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022	393
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 723, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018.....	405
RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 844, DE 9 DE ABRIL DE 2021	416

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

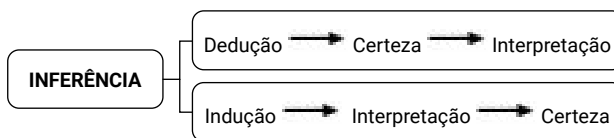
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ

PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ

Durante o período colonial, portugueses exploraram o território brasileiro a partir do estabelecimento das denominadas capitanias hereditárias, extensões de terras repartidas com a finalidade de facilitar a administração e a exploração da “América Portuguesa”.

Inicialmente, em 1543, foram estabelecidas por intermédio de dom João III, rei de Portugal, 14 capitanias hereditárias. Eram elas as capitanias do Maranhão — dividida em duas —, do Rio Grande, do Siará — hoje, Ceará —, Espírito Santo, São Vicente, Ilhéus, São Tomé, Santo Amaro, Pernambuco, Itamaracá, Santana, Porto Seguro e Baía de Todos os Santos.

Ao longo dos séculos seguintes, a capitania do Maranhão sofreu vários desmembramentos, dando origem a novas capitanias, como a capitania do Grão-Pará, do Xingu, do Cametá, do Cabo Norte, entre outras. Entre os anos de 1635 e 1714, as terras do atual estado do Piauí estavam sujeitas à autoridade ora de Pernambuco, ora da Bahia.

Em 1718, por meio de um decreto real, a jurisdição do território passou a pertencer à capitania do Maranhão e Grão-Pará. Em meados do século XVIII, uma política de reestruturação do estado português no Brasil foi promovida pelo marquês de Pombal, e seu objetivo principal era tornar a administração colonial mais eficaz.

Para isso, foram estabelecidos novos órgãos fiscais e foram criadas capitanias novas, numa abordagem concreta para controlar o poder da região do Meio-Norte do Brasil, que até então estava sujeita ao autoritarismo dos proprietários de terras. Em 1758, dom José I instituiu a capitania de São José do Piauí, sendo João Pereira Caldas seu primeiro governador.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico de delimitação e desenvolvimento de uma determinada área geográfica, considerando sua aquisição e organização de terras, sua definição de fronteiras e administração política. Tal processo pode conter características como a colonização, migração, conquista e acordos diplomáticos, culminando na configuração atual de um território e em sua identidade. Neste material será abordada a construção histórica, ao decorrer de 400 anos, do estado do Piauí.

Processo de Formação Territorial

No século XVI, várias expedições percorreram o território do que atualmente é o Piauí, todavia, tais expedições eram passageiras, objetivando a migração entre Pernambuco e Maranhão. Foi apenas no século seguinte, XVII, que a colonização da região se tornou mais intensa, com a chegada de bandeirantes paulistas e fazendeiros baianos.

A ocupação do território piauiense decorreu da expansão pecuária, pelas condições mais propícias oferecidas pelo território se comparado com os sertões da Bahia. Dentre os fatores que se destacavam nas terras do Piauí, estão:

- a disponibilidade de terras, que foram distribuídas em grandes propriedades, sendo a maioria delas com acesso a cursos d’água e pastagens naturais perenes;
- um regime de chuvas mais abundantes e mais bem distribuído ao longo do ano;
- a facilidade de instalação das fazendas, para as quais eram necessários poucos recursos, tanto em termos de equipamentos quanto de mão de obra, uma vez que um número reduzido de pessoas era suficiente para operar com sucesso uma fazenda de criação de gado.

Até o século XVII, o Piauí era legalmente considerado “sem dono”. A partir das primeiras expedições, que começaram a explorar a região, concessões de sesmarias foram feitas. Elas eram concedidas por autoridades governamentais da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão.

As Sesmarias

As terras do Piauí foram distribuídas em sesmarias, negligentemente, para indivíduos ricos e influentes que residiam no litoral, que as obtinha sem nenhum real esforço, mediante apenas solicitação. Para melhor compreendermos o processo de colonização do território piauiense, precisamos entender a estreita relação entre a colonização e a conquista de terras promovida pela Casa da Torre.

A Casa da Torre era uma instituição estabelecida e administrada pela família Ávila, originária da Bahia, com o propósito de financiar ações que capturavam indígenas e tomavam terras para a pecuária. Ao chegarem nas novas terras, a família Ávila as requisitava por meio das sesmarias, que normalmente abrangiam extensões de 10 a 12 léguas quadradas cada uma (Alves, 2003).

Como não tinham a capacidade de ocupar todas essas terras com o gado que possuíam, eles geralmente as distribuíam — frequentemente em lotes de uma légua — para os arrendatários dispostos a se aventurar na ocupação dessas áreas. Um dos arrendatários da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Afonso Sertão, responsável por liderar uma das expedições de penetração nos sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores da região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI FEDERAL Nº 9.503/1997) E SUAS ALTERAÇÕES

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Capítulo I, do CTB, compreende os arts. 1º ao 4º e trata de disposições preliminares, trazendo algumas definições importantes para a compreensão e aplicação do CTB.

Art. 1º *O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.*

Vejamos que o CTB abrange apenas vias terrestres do Brasil, ao passo que as vias aéreas e marítimas não são regidas por ele. Quanto às vias abertas à circulação, o CTB rege também, excepcionalmente, as vias privadas.

Mais recentemente, com a publicação da Lei nº 13.146, de 2015, foram colocadas disposições aplicáveis às vias públicas nos estabelecimentos privados de uso coletivo (vias particulares), podendo ocorrer uma fiscalização de trânsito nos estacionamentos destes estabelecimentos (estacionamentos de shoppings, farmácias, hipermercados), provocando um fenômeno da publicização das vias particulares. Portanto, é possível a lavratura de auto de infração de trânsito em estacionamento de um shopping.

Mas, afinal, o que é uma via? O conceito de via está no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

VIA - *superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.*

O § 1º, do art. 1º, traz a definição de trânsito:

Art. 1º *[...]*

§ 1º *Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.*

Convém ressaltar que os conceitos de estacionamento, parada, circulação e operação de carga e descarga estão no Anexo I, do CTB.

A principal diferença está nos conceitos de estacionamento e parada. Observe-se que a parada é um tempo restrito ao embarque e desembarque de passageiros. Se, por acaso, o condutor estiver dentro do carro, aguardando uma pessoa fazer compras em

frente a um estabelecimento comercial, por exemplo, e houver uma sinalização de proibição de estacionamento, o condutor poderá ser autuado por estacionar em local proibido.

Vejamos os conceitos de estacionamento, parada e operação de carga e descarga previstos no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

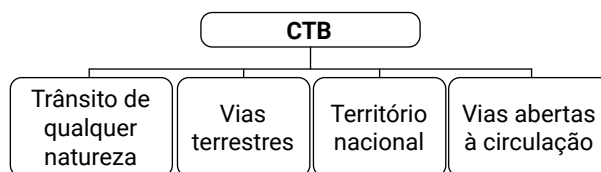
ESTACIONAMENTO - *imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros.*

[...]

OPERAÇÃO DE CARGA E DESCARGA - *imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.*

[...]

PARADA - *imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.*



Desta forma, enquanto o caput, art. 1º, determina que o trânsito nas vias terrestres abertas é regido pelo CTB, o § 1º traz o conceito do que é trânsito. Vale mencionar que o Anexo I, do CTB, também apresenta um conceito de trânsito nos seguintes termos: “movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres”.

Art. 1º *[...]*

§ 2º *O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.*

Muito cuidado com este dispositivo. Se lhe fosse perguntado se o trânsito em condições seguras é dever de todos, o que responderia? Pois bem, o CTB afirma que o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos de trânsito.

O § 2º traz ainda o que podemos chamar de “princípio da universalidade do direito ao trânsito seguro”, uma vez que cria um direito aplicável a todos, indistintamente, o que não significa, entretanto, que, por ser direito, não represente igualmente uma obrigação.

A segurança do trânsito depende, logicamente, de uma participação de toda a sociedade, não sendo possível esperar que apenas os órgãos e entidades de trânsito se responsabilizem pela garantia a esse direito. Salienta-se que o trânsito, em condições seguras, é um **direito** de todos e não **dever** de todos.

Art. 1º *[...]*

§ 3º *Os órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos*

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO